

Paraná, Agosto e Setembro de 2023



## Comemoração de 47 anos do TRT-PR teve novidades artísticas e presença do presidente do TST

47 Anos  
TRT-9ª REGIÃO

Na segunda-feira (25) aconteceu a solenidade de comemoração dos 47 anos do TRT-PR, na sede da instituição em Curitiba-PR. O presidente do TST, ministro Lelio Bentes Corrêa, abriu a comemoração. A celebração teve ainda entrega da comenda da Ordem das Araucárias; Abertura da Semana Institucional da Magistratura; assinatura de termos de cooperação técnica; aposição de retratos; abertura da exposição comemorativa no Centro de Memória; inauguração do espaço ecumênico na sede do Tribunal e a inauguração de painel artístico e iluminação cênica (Setembro Amarelo) no edifício-sede.

# Homenagem à servidora Nadja em Apucarana

O TRT-PR nomeou o auditório do Fórum do Trabalho de Apucarana em homenagem à servidora Nadja Regina Marquezzi Felipe, que faleceu em 2016. Ela trabalhou 33 anos para a Justiça Trabalhista (1983- 2016) e teve a história e a dedicação lembradas.



# Fórum de Cascavel saúda a dedicação de mais de três décadas dos servidores Leonel e Hermes

No Fórum de Cascavel, os amigos realizaram um encontro para saudar o trabalho e a dedicação dos servidores Leonel Antônio Turmena e Hermes Gasparini, ambos com mais de 30 anos de serviços prestados à Justiça do Trabalho. Leonel se aposentou com 37 anos de trabalho, e Hermes com 32. Na oportunidade, foi celebrada ainda a presença do juiz classista Dimer José Weber, pioneiro da Justiça do Trabalho na região



# O futuro pessoal para além do trabalho

O Tribunal iniciou o Programa de Preparação para Aposentadoria, para magistrados e servidores, com oportunidades para reflexão, orientação sobre mudança de hábitos, envelhecimento e longevidade. O público do projeto é quem já completou ou está a até quatro anos de completar as condições para aposentadoria, inclusive os já aposentados, além de magistrados e servidores que se encontrem em licença para tratamento de saúde há pelo menos um ano.

A medida tem por consideração noma prevista no Estatuto do Idoso ([Lei nº 10.741/2003](#)), que determina a criação e estimulação, pelo Poder Público, de programas de preparação dos trabalhadores para a aposentadoria. No âmbito da Justiça do Trabalho o programa é regido pela [Resolução CSJT nº 132/2013](#), a qual possui entre suas motivações a necessidade de busca e de melhoria contínua do clima organizacional e da qualidade de vida das pessoas, que dedicaram anos de suas vidas em prol de serviços prestados à sociedade.

## *Temática*

As atividades do programa são estruturadas de modo a desenvolver atividades que visem à qualidade de vida e à manutenção da saúde física e mental, abordando temas relacionados às possibilidades de atuação pós-carreira e a projetos futuros, como: aspectos legais, físicos, psicológicos, sociais e emocionais da aposentadoria, saúde, cultura, esporte, família, integração social, educação financeira, organização do tempo, ocupação continuada, responsabilidade social, entre outros. As horas serão computadas para efeito de concessão do adicional de qualificação devido aos servidores em atividade, na forma do art. 14, § 5º c/c art. 15, V, da Lei nº 11.416/2006.

O programa é coordenado pela área de gestão de pessoas do Tribunal e conta com equipe multidisciplinar composta por servidores da área de capacitação e de saúde.

Outras informações podem ser obtidas com a servidora Luciana Nunes da Motta Tavares, chefe da Seção de Psicologia e Serviço Social, ou com o servidor Adriano Alves Ribeiro, Coordenador de Gestão do Quadro de Pessoal, respectivamente pelos telefones 41-3310-7433 e 41-3310-7167, pelos e-mails [psicologia@trt9.jus.br](mailto:psicologia@trt9.jus.br) e [cgqp@trt9.jus.br](mailto:cgqp@trt9.jus.br), ou ainda via chat do Google.

# Magistrados e servidores poderão acessar pelo celular cartilha com todos os recursos de busca patrimonial

As magistradas (os) e servidoras (es) do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR) passam a contar com uma ferramenta de fácil navegação para agilizar a busca de bens penhoráveis de devedores: a Cartilha de Ferramentas de Pesquisas Patrimoniais. A publicação pode ser acessada pelo computador ou celular, e será atualizada sempre que funcionalidades forem modificadas ou novos serviços sejam criados.

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR A CARTILHA POR CELULAR](#)

[CLIQUE AQUI PARA ACESSAR EM COMPUTADOR](#)

A elaboração da cartilha é uma iniciativa da Comissão de Efetividade da Execução e da Coordenadoria de Conciliação e de Apoio à Execução de Curitiba (COCAPE). O documento auxilia a acessar os diferentes sistemas de bens, com indicação de sites para acessar e maneiras de fazer 'login' em cada uma das opções, além de instruções detalhadas sobre como realizar as buscas. Cada item conta ainda com reproduções de telas para orientar, de forma didática, o encontro de informações relevantes.

# Parceria entre Comissão de Igualdade Racial e EMATRA-9 forma o primeiro bolsista



Advogado Akexandro Ribeiro Martins

O advogado Aleksandro Ribeiro Martins é o primeiro bolsista pós-graduado dentro do programa de bolsas de estudos da [Comissão de Políticas Afirmativas para Valorização e Inclusão Racial e De Gênero](#) (PAVIR/TRT-PR). O programa tem como objetivo dar a oportunidade a jovens profissionais negros (pretos ou pardos) formados em Direito de ter acesso a cursos de Pós-Graduação da Escola da Associação dos Magistrados do Trabalho do Paraná (EMATRA-9).

Com o título "O Princípio Constitucional do Acesso à Justiça Frente aos Honorários Advocatícios de Sucumbência e Periciais na Justiça do Trabalho", a monografia de Aleksandro Martins foi defendida perante banca examinadora no final de junho. A servidora do TRT-PR e doutora em Direito Vanessa Roberta do Rocio Souza foi a orientadora.

Sobre a escolha do tema, Aleksandro Martins afirma que fez questão de fugir das expec-

tativas do senso comum de que uma pessoa negra tem necessariamente que falar diretamente sobre as questões raciais. Ao invés disso, ele resolveu tratar de algo mais abrangente, que é a diminuição do acesso à Justiça aos trabalhadores após a publicação da [Lei 13.467/2017](#) (Lei da Reforma Trabalhista).

“Em um primeiro momento eu tinha realmente pensado sobre as empregadas domésticas negras e a Justiça do Trabalho. Mas, resolvi falar sobre o Direito Processual do Trabalho, até porque eu já estou fazendo essa pós-graduação já como uma manifestação antirracista. Resolvi mostrar nessa oportunidade que nós pretos podemos, sim, falar sobre outros assuntos”, elucida.

A desembargadora Neide Alves dos Santos, que preside a PAVIR, considera que já foi uma conquista realizar a parceria com a EMA-TRA-9, e que agora há mais motivos para comemorar com a defesa da monografia do advogado bolsista.

“Nós da PAVIR ficamos muito felizes por termos conseguido junto à Ematra uma bolsa de estudos para um curso de pós-graduação a um advogado negro e mais felizes ainda por saber que o doutor Alexandro concluiu o curso. Isso representa um grande passo e incentiva a PAVIR a continuar lutando pela igualdade racial, a partir daqui, do âmbito do nosso Tribunal e do nosso estado”, celebrou.

## *Sem estereótipos*

Atual secretário da Comissão de Igualdade Racial da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná (OAB-PR), o advogado Alexandro Martins tem uma história de sucesso partindo de um começo com muitas dificuldades. No entanto, ele rejeita o estereótipo do "negro de sucesso", que venceu as dificuldades sozinho, apenas pelo próprio esforço, algo muito comum na ficção.

"A gente não pode pensar que se o Alexandro conseguiu, todos os negros conseguem. Porque a minha realidade não é a mesma de outros negros. Mesmo eu tendo acesso à universidade privada, lá, quando eu parava nos corredores do intervalo e observava as pessoas pretas, só tinha eu, uma amiga, um segurança e uma outra funcionária", lembra.

Apesar de não cair no lugar-comum, a história de vida de Alexandro Martins tem semelhanças com a vida de tantas pessoas negras (pardas e pretas) pelo Brasil. Sua mãe, hoje zeladora em um hospital de Curitiba, criou os filhos sozinha trabalhando como empregada doméstica. "Eu estudei a minha vida toda em colégio público e saí de lá para uma universidade privada, onde encontrei-lhe grande dificuldade de me adaptar", lembra.

Para pagar a faculdade, teve que trabalhar em um restaurante, antes de começar a estagiar. O próprio estágio só conseguiu porque

foi entregar marmitta em um escritório de advocacia e deixou o currículo. Desde então, a carreira foi deslanchando. Trabalhou em um grande escritório, posteriormente virou autônomo e ingressou na Comissão da OAB.

Alexsandro defende a política de cotas como uma medida para tornar a sociedade mais equânime. No entanto, para ele, as cotas são só parte da solução. "Mesmo a gente tendo algum acesso, mesmo com a política de cotas, você ainda não vê os negros nas universidades, praticamente", constata.

## *A PAVIR*

Criada em Criada em 31 de julho de 2017 através da [Resolução Administrativa 16/2017](#), a Comissão Permanente de Políticas Afirmativas para Valorização e Inclusão Racial (PAVIR) é presidida pela desembargadora Neide Alves dos Santos.

Suas principais atribuições são auxiliar a Administração a implantar políticas inclusivas destinadas à valorização racial, buscando a eliminação, em definitivo, de preconceitos ou desigualdades raciais, no âmbito do TRT-PR e nas relações com a sociedade.

A Comissão PAVIR foi a primeira comissão dentre todos os órgãos do Poder Judiciário do Brasil a tratar de questões relativas às raças e ao combate ao preconceito, servindo de modelo para outras instituições públicas.

# Araucária e Rolândia têm novas Varas do Trabalho

O Tribunal Pleno do TRT-PR aprovou em 31 de julho a criação da 2ª Vara do Trabalho de Araucária e da 2ª Vara do Trabalho de Rolândia, mediante remanejamento da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Pinhais e da 2ª Vara do Trabalho de Cornélio Procópio, respectivamente. A inauguração das novas unidades aconteceu em 29 de agosto em Araucária e em 11 de setembro em Rolândia.

O remanejamento da estrutura tem a finalidade de melhor atender às demandas da sociedade paranaense, conforme estudo e projeto da Corregedoria Regional. Os argumentos da alteração foram apresentados na sessão do Pleno que votou a medida, sob a condução da presidenta do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina, e com a presença do atual corregedor regional, desembargador Marco Antônio Vianna Mansur.

Os dados indicam que, no triênio 2019-2021, a vara única de Rolândia recebeu o equivalente a 224,33% da média de casos novos por vara do trabalho do TRT-PR (2.073 casos novos ante 933 da média geral do Tribunal). Já a então vara única de Araucária recebeu o equivalente a 194,64% da média de casos novos por vara do trabalho da 9ª Região.

Já a 1ª e 2ª Varas do Trabalho de Cornélio Procópio receberam no triênio 2019-2021 a quantidade média anual de 809 processos. Essa quantidade de processos considerando uma única vara do trabalho em Cornélio Procópio representa 86,71% da média aritmética de casos novos por vara do trabalho no referido triênio, que é de 933. O Fórum Trabalhista de São José dos Pinhais contava então com

cinco varas do trabalho, que, no triênio 2019-2021, receberam a média anual de 4.127 processos, ou seja, 825 processos em média por vara do trabalho. Com a retirada de uma das 5 varas do trabalho, as remanescentes 4 varas teriam um recebimento médio anual de 1.032 (hum mil e trinta e dois) processos, o que representa 110,58% da média aritmética de casos novos por vara do trabalho no referido triênio (933 processos).



Inauguração da 2ª VT de Araucária, em 29 de agosto.

“O Tribunal prossegue atento às necessidades da jurisdição, e faz os remanejamentos necessários para que os cidadãos paranaenses sejam atendidos com a maior isonomia possível. Foi por esse motivo que foi feito o

remanejamento que permitiu instalar a Vara em Campo Largo, e é pela mesma razão que hoje, por meio de nova reorganização, Araucária volta a ter uma segunda vara. Como a família que gerencia os recursos escassos para que cada filho seja atendido da melhor maneira possível, o Tribunal se adapta, para que o jurisdicionado tenha acesso ao melhor que podemos oferecer”, declarou a presidenta do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina, em Araucária.



Inauguração da 2ª VT de Rolândia, em 11 de setembro.

Na inauguração da 2ª Vara do Trabalho de Rolândia também foi dado início aos trabalhos do Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (Cejus) Trópico de Capricórnio, que atenderá a mesma região. O encontro da presidenta do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina, e o prefeito de Rolândia, Aílton Aparecido Maistro, deu oportunidade de iniciar negociações para construção de um novo fórum trabalhista na cidade, em terreno a ser destinado pela prefeitura.

# Cejusc

O Cejusc Trópico de Capricórnio é 13º do TR-T-PR. Ele soma-se aos 12 Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania de 1º Grau. Alguns deles também inaugurados recentemente.

O Cejusc-Londrina começou a funcionar em 18 de julho no Fórum Trabalhista de Londrina em cerimônia que contou com a presença de magistrados e servidores da Justiça do Trabalho, autoridades e membros da comunidade local.



A presidenta do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina e o coordenador do Nupemec, desembargador Eliázer Antonio Medeiros (à direita), e os juízes coordenadores do Cejusc de Londrina, Carlos Augusto Penteado Conte e Rodrigo da Costa Clazer.

Logo em seguida, em 20 de julho, foi inaugurado o Cejusc-Cidade Alta, em Apucarana, em um evento com maciça participação da comunidade jurídica local, além de prefeituras, câmaras municipais e outras representações políticas.



A presidenta do TRT-PR, desembargadora Ana Carolina Zaina e o coordenador do Nupemec, desembargador Eliázer Antonio Medeiros junto com os juízes Maurício Mazur e Érica Yumi Okimura Sugahara em Apucarana.

# Você conhece a Cocape? Ela pode ajudar sua unidade na Execução

A busca pela solução das mais complexas execuções trabalhistas é o foco diário da Coordenadoria de Conciliação e de Apoio à Execução (COCAPE) do TRT-PR. A unidade tem como objetivo primordial “a concretização dos princípios constitucionais da efetividade jurisdicional, celeridade processual e eficiência administrativa. Isso porque propicia a entrega jurisdicional àqueles exequentes que, inicialmente, tinham sua execução frustrada, intensifica os atos executórios e evita a repetição de múltiplas diligências que ocorreriam nas varas do trabalho em que tramitam as execuções reunidas”, explica a coordenadora da unidade, a juíza Graziella Carola Orgis.

Atualmente, além da juíza coordenadora, a COCAPE conta com a magistrada Ana Maria São João Moura e o magistrado José Wally Gonzaga Neto, que atuam como supervisores da DPP e DAE, respectivamente. E há 13 servidores em exercício na COCAPE.

## Divisão de Pesquisa Patrimonial (DPP)

A busca por desvendar a blindagem patrimonial do grande devedor, por meio de uma pesquisa extensa e profunda, é a atribuição

da Divisão de Pesquisa Patrimonial. Em razão da especialidade no trabalho realizado, a DPP concentra esforços, especialmente, naqueles casos em que a repercussão da pesquisa alcance um número expressivo de execuções.

### Divisão de Apoio à Execução (DAE)

A Divisão de Apoio à Execução desempenha um papel crucial para alcançar a eficiência e racionalidade dos atos executórios. A principal atividade da DAE é tramitar os procedimentos de reunião de execuções contra grandes devedores, nas modalidades:

- Regime Especial de Execução Forçada (REEF): direcionado à expropriação do patrimônio dos devedores em benefício da coletividade dos credores;
- Plano Especial de Pagamento Trabalhista (PEPT): especializado, principalmente, em possibilitar o pagamento parcelado do débito trabalhista, com a satisfação dos créditos trabalhistas e manutenção da atividade econômica do empregador;
- Regime Centralizado de Execução (RCE): instituído pela Lei nº 14.193/2021 (Lei da Sociedade Anônima do Futebol), concentra em apenas um juízo as execuções, bem como a distribuição de valores aos credores em concurso e de forma ordenada, permitindo ao (s) executado (os) renegociar suas dívidas e possibilitando a manutenção da atividade econômica.

## *Mais informações*

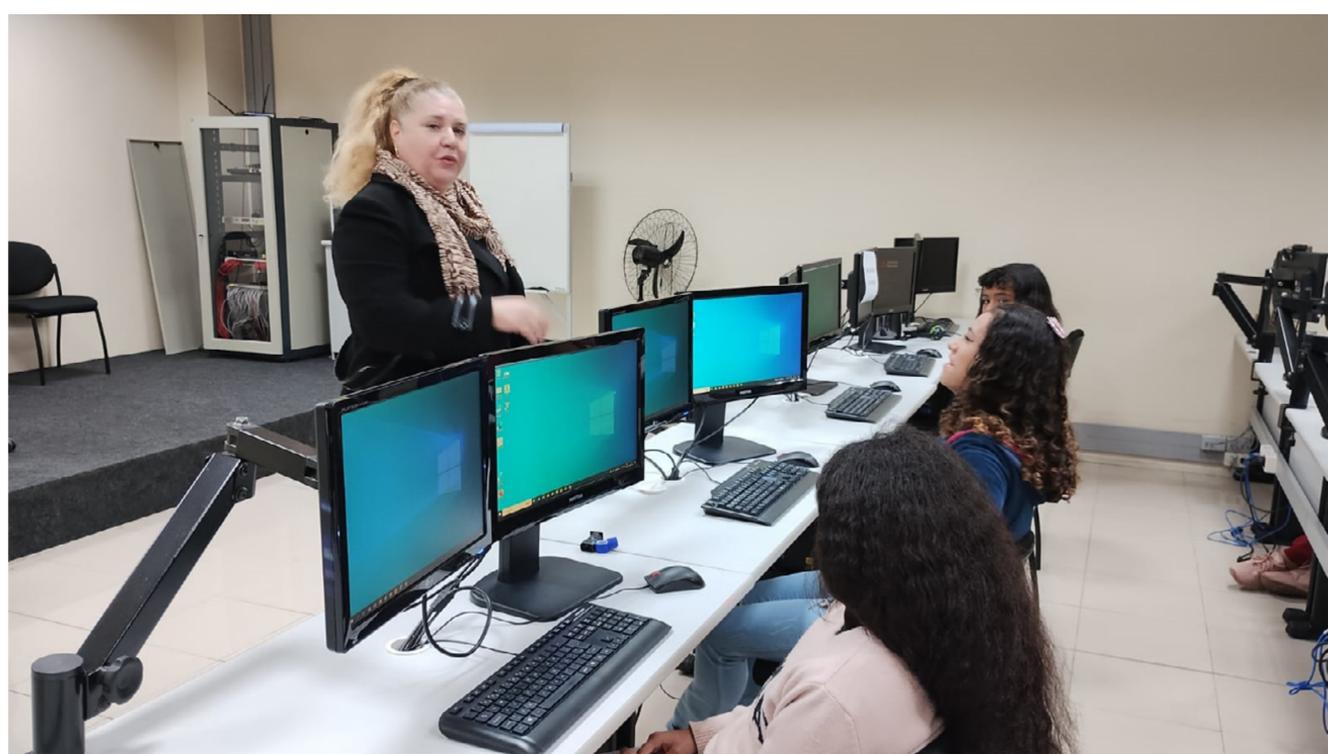
Leia mais sobre a COCAPE [AQUI](#).

É possível acompanhar as atividades desenvolvidas na COCAPE. Basta clicar [AQUI](#).

Também é possível verificar as pessoas físicas e jurídicas abrangidas pelas pesquisas realizadas pela DPP na intranet. Acesse por meio do link [bit.ly/44MAWkL](https://bit.ly/44MAWkL).

Outras informações e esclarecimentos sobre as atividades da COCAPE podem ser obtidas pelo telefone (41) 3310-7140, com a coordenadora Andrea Garcia e, também, pelo contato com a juíza coordenadora e juízes supervisores.

# Projeto Roberto Dala Barba inicia nova turma e se prepara para a interiorização



O Projeto de Cidadania e Inclusão Digital Roberto Dala Barba, do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (TRT-PR), iniciou mais uma turma de alunos, no dia 8 de agosto. Desta vez, foram destinadas 12 vagas para crianças e adolescentes advindos do Centro de Convivência Estrelar (antigo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI) e outras seis vagas são para as pessoas com deficiência da Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu).

“Nós podemos dar mais, fazer mais, ousar mais”, afirmou, em relação ao projeto, a presidenta do tribunal, desembargadora Ana Carolina Zaina, defendendo a ampliação do projeto para outras cidades.

Para as crianças e jovens da turma que se inicia, as palavras da magistrada foram de reconhecimento do potencial de cada uma. “Talvez vocês imaginem que nós estamos lhes dando algo. Na verdade, são vocês que nos dão o valioso bem da esperança. Nós investimos em vocês porque confiamos no seu talento. Confiamos no seu potencial. Nós temos orgulho de vocês. E pedimos a Deus que sejam iluminados e que o conhecimento lhes abra os caminhos para que vocês ajudem esse país a banir a indiferença para sempre”, declarou. A servidora Adryeli Camargo, assistente de gabinete no TRT e voluntária no projeto, afirmou que o papel do Poder Judiciário é me-

lhorar a vida das pessoas, seja por meio da jurisdição, seja de forma direta, como na iniciativa de cidadania e inclusão digital. “Nós temos que transcender a técnica, transcender o mero formalismo burocrático e incidir de fato na vida das pessoas, de forma a causar uma melhoria social”, concluiu.

## *Parceiros*

O Município de Almirante Tamandaré foi representado pela secretária de Família e Desenvolvimento Social, Célia Ziliotto, que compareceu acompanhada da equipe que atua no Centro de Convivência Estrelar. “É uma oportunidade única para as nossas crianças de Almirante Tamandaré. A gente fica muito feliz e grata, porque a gente está dando um grande passo para um futuro promissor”, ressaltou a secretária.

A diretora da Universidade Livre para a Eficiência Humana (Unilehu), Ivy Carla Bustamante Abbade, expressou que o sentimento de esperança se renova a cada nova turma. Ela aproveitou para falar diretamente para as crianças. “Para vocês, crianças, a minha mensagem é a seguinte: aproveitem os professores, tirem as dúvidas, perguntem e não tenham vergonha. É uma grande oportunidade estar num espaço como este”.

## *Roberto Dala Barba*

Natural de Porto Alegre, Roberto Dala Barba foi servidor da Justiça do Trabalho nos TRTs do Paraná e de Santa Catarina de fevereiro de 1977 a julho de 1987. Aprovado em concurso público, ingressou na magistratura e atuou em Varas de Curitiba (1ª e 7ª), Cascavel (1ª e 2ª), Foz do Iguaçu, Jacarezinho e Ponta Grossa. Em 1990 tornou-se juiz titular e exerceu a jurisdição sucessivamente na 2ª Vara de Cascavel e na 9ª de Curitiba. Em maio de 2002, foi nomeado para a 2ª Instância do TRT. No Tribunal, integrava a 1ª Turma de juízes. Foi um precursor da inclusão digital e um visionário, ao apontar a tecnologia como ferramenta essencial para a melhoria da qualidade da prestação jurisdicional, em especial quanto ao uso da internet e de redes internas.

# O café e a Justiça em Londrina

Uma parte fundamental da história do Norte do Paraná é preservada no Espaço Memória Juíza Maria Hercília Horário Stawinski, no térreo do edifício do Fórum Trabalhista de Londrina, ele próprio construído na área de um dos armazéns do Instituto Brasileiro do Café, que teve as estruturas fundamentais preservadas na obra de reaproveitamento da edificação.

A exposição permanente “Os Trabalhadores do Café e a Justiça do Trabalho” tem fotografias, objetos e documentos, como processos trabalhistas e reportagens históricas de jornais sobre o auge e o declínio da cultura cafeeira na região.

Segundo o curador da exposição e servidor do TRT-PR Giuliano Carlos de Araújo, “o Arquivo tem um convênio com o Curso de Arquivologia e com o Museu Histórico da UEL. A gente procurou trazer a academia para fazer esse trabalho conjunto de, não só preservar, mas divulgar essa documentação, e mostrar para a sociedade, para os advogados, para os jurisdicionados, para quem está ali no Fórum, a importância de manter e preservar a memória da Justiça do Trabalho, e também da região de Londrina”.

No espaço também estão expostos nas vitrines livros e autos de processos judiciais com documentos específicos da Justiça do Trabalho quando a jurisdição do Paraná pertencia ao TRT da 2ª Região, sediada em São Paulo, pois a 1ª Junta de Conciliação de Londrina foi criada pela Lei nº 3.873 de 30/01/1961 e instalada em 08/12/1962, antes da criação da 9ª Região, que começou com jurisdição no Paraná e Santa Catarina, em 1976, até que os catarinenses conquistaram seu próprio tribunal, a 12ª Região.

# Servidores de Vara do Trabalho de Apucarana recebem troféu pelo arquivamento de 10 mil processos



A 2ª Vara do Trabalho de Apucarana homenageou os próprios servidores, com um troféu, no último dia 13 de julho, por terem atingido a marca de 10 mil processos arquivados, desde a inauguração da unidade, há 10 anos e 8 meses. "Há o momento para planejar, há o momento para executar, mas, também, há o momento para celebrar, porque, senão, a vida não faz sentido" declarou o juiz Maurício Mazur, titular da 2ª Vara do Trabalho de Apucarana, ao comentar a homenagem que fez à equipe.

O reconhecimento se deu ao final da correição ordinária realizada na unidade, e o corregedor do TRT-PR, desembargador Marco Antônio Vianna Mansur, juntamente com o juiz Maurício Mazur, entregou o troféu comemorativo ao diretor de secretaria, Jairo Machado Diniz, que representou os homenageados.

A presidenta do Tribunal, desembargadora Ana Carolina Zaina, que inaugurou oficialmente o novo fórum da Justiça do Trabalho de Apucarana e as instalações do CEJUSC Cidade Alta, no último dia 20 de julho, endossou a homenagem. "As equipes técnicas são altamente capacitadas e se dedicam de corpo e alma à prestação jurisdicional", disse ela.

Além do diretor, atuam na 2ª Vara do Trabalho de Apucarana mais oito servidores: Nicolau M. Toloczko, Marcos Rogério N. da Matta, Cristina Mari Suzuki, Antonio A. Franklin, Camila Françolin de Souza, Sueli H. Kondo, Eliane R. Consolaro Galeano, Mauro Henrique R. Kosaki Gomes

O diretor Jairo Machado Diniz conta que, com exceção de Mauro Henrique Kosaki Gomes, todos os servidores da 2ª Vara de Apucarana trabalham na unidade desde 7 de janeiro

de 2013, mesma data em que o juiz Maurício Mazur assumiu a titularidade.

Jairo conta, ainda, que o arquivamento dos dez mil processos não foi resultado de mutirões, mas, sim, fruto da organização do trabalho diário, que garantiu o encerramento de todos os atos processuais, a quitação das verbas trabalhistas e outros pagamentos, possibilitando o término definitivo dos processos.

No primeiro ano de funcionamento, por ainda se encontrar em fase de instalação, a unidade recebeu uma quantidade menor de processos em relação à 1ª Vara do Trabalho de Apucarana. A partir de 2014, a distribuição das novas ações ajuizadas no Fórum Trabalhista passou a ser na proporção 1x1. Desde a sua instalação até 12 de julho de 2023, a Vara recebeu 10.222 processos. Todos os processos da unidade sempre tramitaram, exclusivamente, pelo Processo Judicial Eletrônico (PJe).

O Fórum Trabalhista de Apucarana, localizado na Avenida Central do Paraná, 1.380, no Bairro Jardim Diamantina, abrange, ainda, os municípios de Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Kalore, Marumbi, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Bom, São Pedro do Ivaí, Apucarana e Marilândia do Sul.

# TST entrega Comenda da Ordem do Mérito Judiciário ao juiz Rafael Gustavo Palumbo

O juiz auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, titular da 7ª Vara do Trabalho de Curitiba, Rafael Gustavo Palumbo, foi homenageado em agosto com a Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. A honraria, concedida anualmente pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), reconhece instituições e personalidades que se destacam no exercício de suas profissões ou pelos serviços prestados à sociedade e à Justiça do Trabalho. O magistrado foi agraciado com a Comenda no grau Oficial.

“Sinto-me lisonjeado por receber a medalha da Ordem do Mérito do Judiciário do Trabalho. Ao ingressar na carreira, em agosto de 2004, sequer podia imaginar tamanha homenagem. Devo apenas agradecimentos, sobretudo àqueles que me acompanharam e muito me ensinaram nessa jornada. Ao Corregedor do TRT9 na gestão 2015/2017, desembargador Ubirajara Carlos Mendes, devo a oportunidade do aprendizado sobre a atividade correicional. Aos ministros Aloysio Corrêa da

Veiga e Guilherme Caputo Bastos, corregedores-gerais da Justiça do Trabalho nas gestões 2020/2022 e 2022, respectivamente, sou grato pelo privilégio de tê-los auxiliado e por tanto conhecimento. Por fim, registro meus sinceros e especiais agradecimentos à ministra Dora Maria da Costa, a quem devo a indicação da medalha, e com quem tenho a honra de aprender diariamente na Corregedoria-geral da Justiça do Trabalho”, declarou o juiz Rafael Palumbo.

A Comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho é concedida desde a década de 1970 em seis graus: Grão Colar, Grã-Cruz, Grande Oficial, Comendador, Oficial e Cavaleiro. Foram homenageadas duas instituições e 55 personalidades. Confira [AQUI](#) a lista.



Juiz Rafael Gustavo Palumbo recebe homenagem no TST.  
(Foto: Secom / TST)

# Tribunal instalou cinco usinas fotovoltaicas neste ano e vai inaugurar mais quatro até o fim de novembro



Inauguração da usina fotovoltaica de Apucarana, em julho.



Inauguração da usina fotovoltaica de Londrina, em julho.



Inauguração da usina fotovoltaica de Toledo, em julho.

Mais três usinas fotovoltaicas serão instaladas ainda neste ano em unidades do Tribunal em Ponta Grossa, Pinhais e Dois Vizinhos. Desde o início deste ano, entraram em operação as de Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Londrina e Apucarana. Com a usina pioneira de Porecatu, de 2019, o TRT chega a um total de nove geradores fotovoltaicos de eletricidade, ampliando a sustentabilidade e reduzindo custos. Encontra-se em fase final de licitação nova Ata de Registro de Preços, com registro de mais 11 usinas, das quais a primeira deverá ser a do Fórum Trabalhista de Colombo, a ser entregue no início de novembro. Para 2024, foram solicitados recursos para levar geração solar de energia às unidades de Bandeirantes, Cambé, Cianorte, Laranjeiras do Sul, Palmas, Paranavaí, Santo Antônio da Platina, Francisco Beltrão, Maringá e Paranaguá.

Nas nove usinas que se encontram em funcionamento ou em vias de entrar em operação, o Tribunal investiu R\$ 2,74 milhões, obtendo uma economia anual na conta de eletricidade estimada em R\$ 536 mil, que indica o retorno do investimento em 5 anos.

## *Trinta por cento*

Considerando que o custo total com as faturas de energia do ano de 2022 do TRT foi de R\$ 3.108.825,06, quando as vinte usinas de geração fotovoltaica estiveram em funcionamento, no final de 2024, haverá economia de aproximadamente 30% da fatura.

A iniciativa está em consonância com princípios do Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU) e com a Agenda 2030, que busca alcançar os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Tribunal é signatário do Pacto desde 2018.

